



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 680247 - RJ (2021/0219697-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : BRENDOLIVEIRA NETO (PRESO)  
**PACIENTE** : FELIPE MARASCO DOS SANTOS (PRESO)  
**OUTRO NOME** : FELIPE MARASCO DOS SANTOS  
**CORRÉU** : JONATHAN MARCOS DA COSTA AVELINO  
**CORRÉU** : NATHAN HENRIQUE AFONSO MACHADO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRENDOLIVEIRA NETO e FELIPE MARASCO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC 0043679-16.2021.8.19.0000).

Os pacientes encontram-se presos preventivamente pela prática, em tese, dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/06 e 14 da Lei n. 10.826/03.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo na formação da culpa, estando os pacientes presos há quase 10 meses.

Defende a inexistência de justificativa plausível para que a audiência de instrução seja realizada somente um ano após o recebimento da denúncia.

Afirma, outrossim, que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, tendo a prisão sido embasada apenas na gravidade abstrata do delito, o que não é permitido pelo ordenamento jurídico.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão provisória dos pacientes, ou, alternativamente, a fixação de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexiste flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente